
ANTES E DEPOIS DE MINNEAPOLIS

WILSON PAROSCHI, PH.D.

Professor de Novo Testamento na Faculdade Adventista de Teologia, Unasp-EC

APRESENTAÇÃO: O sermão reproduzido abaixo foi proferido pelo autor na igreja do Unasp, campus Engenheiro Coelho, no dia 7 de junho de 2008. Após demonstrar que muitos adventistas estão confusos a respeito da justificação pela fé, o autor faz uma exposição bíblica sobre o assunto, baseando-se especialmente na epístola de Paulo aos Gálatas.

PRESENTATION: The sermon reproduced below was originally presented by its author at Unasp church, campus Engenheiro Coelho (São Paulo Adventist University College), in June 7, 2008. After demonstrating that many Adventists are confused about justification by faith, the author offers a biblical exposition on such a subject, based especially upon Paul's epistle to the Galatians.

Entre os dias 17 de outubro e 4 de novembro de 1888, na recém-inaugurada igreja adventista da cidade de Minneapolis, no Estado norte-americano de Minnessota, teve lugar a 27ª Sessão da Associação Geral da nossa Igreja, com a presença de 96 delegados e vários outros participantes.

Essa sessão foi, sem dúvida alguma, a mais importante dentre todas as que já tivemos. Robert W. Olson, ex-secretário do Patrimônio White Estate da Associação Geral declara acerca da sessão: “O ponto mais decisivo da história da Igreja Adventista do Sétimo Dia”. Semelhantemente, para George W. Knight, historiador adventista, a sessão de Minneapolis foi “um dos maiores acontecimentos teológicos da história” da nossa Igreja.

E a razão é muito simples: foi ali em Minneapolis que a Igreja Adventista foi formalmente confrontada quanto à natureza de sua fé e sua herança protestante. Somos de fato uma igreja evangélica ou apenas uma seita supostamente cristã com doutrinas esdrúxulas e um enorme senso de exclusivismo profético e escatológico? Em outras palavras, qual é o lugar que Cristo ocupa em nossa fé? Acreditamos na suficiência de Cristo para o perdão de nossos pecados e a salvação de nossa alma? Acreditamos que “não há salvação em nenhum outro”, que “abaixo do céu não existe nenhum outro nome dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (At 4:12) a não ser Cristo Jesus?

Acreditamos que Cristo é de fato “tudo em todos” (Cl 3:11)? Pregamos o evangelho do Cristo crucificado, ou

um evangelho mesclado com obras e realizações humanas? Um evangelho no qual Cristo tem que conviver, ou quem sabe até mesmo disputar lugar, com nossas próprias virtudes e atos de obediência e justiça de nossa parte?

Para alguns, quem sabe, tais perguntas já não façam mais sentido hoje, mas eram absolutamente relevantes em 1888. Nos primeiros anos de nosso movimento, Cristo ocupava lugar de destaque em nossa fé e experiência cristã. Não demorou, porém, para que pouco a pouco nossos pioneiros começassem a perdê-lo de vista, sobretudo no afã de defender a validade da lei de Deus e em particular do quarto mandamento.

Como tivessem que fazer frente às críticas dos membros de outras denominações cristãs e dos inimigos da verdade, eles acabaram se tornando especialistas em controvérsias e disputas doutrinárias, sobretudo nas questões referentes à lei e ao sábado. E isso se refletiu internamente na igreja também. A Sra. White chegou a declarar: “Como povo, temos pregado tanto a lei até estarmos tão secos como as colinas do Gilboa que não recebiam nem orvalho nem chuva. . . . Não devemos de modo algum confiar em nossos próprios méritos, mas nos méritos de Jesus de Nazaré” (*Review and Herald*, 11/03/1890).

A ênfase na lei fez com que os adventistas da segunda metade do século 19 acabassem colocando a guarda dos mandamentos num lugar completamente indevido, como se ela inclusive servisse de base para a nossa salvação. A ênfase unilateral na doutrina da lei, particularmente o sábado,

acabou desfigurando nossa teologia e fé, fazendo com que acreditássemos que a obediência ou as obras de justiça pudessem de alguma forma contribuir para a nossa salvação.

Convictos de que a verdade da lei e do sábado era a última mensagem de Deus ao mundo antes da volta de Jesus – resultado de uma interpretação equivocada de Ap 14:12 – infelizmente muitos de nossos irmãos do passado acabaram se tornando legalistas em sua teologia e vida cristã. Eles criam no sacrifício expiatório de Cristo na cruz, mas acabaram desenvolvendo o conceito de que tal sacrifício não provia perdão senão apenas para os pecados passados. Uma vez perdoados, pensavam eles, é nosso dever obedecer a Deus para que finalmente possamos herdar a vida eterna.

O pastor adventista J. F. Ballenger publicou um artigo em 1891, ainda no contexto das discussões de Minneapolis, dizendo que “para dar satisfação aos pecados passados, a fé é tudo. É realmente precioso,” disse ele, “o fato de que o sangue de Cristo apaga todos os nossos pecados e purifica o registro passado. Somente a fé nos faz apropriar-nos das promessas de Deus. Mas, o nosso dever atual é o que nos compete realizar.” E qual é esse “dever atual”? Ele completou dizendo: “Obedeça a voz de Deus e viva, ou desobedeça e morra” (*Review and Herald*, 20/10/1891).

Os adventistas da época gostavam de enfatizar a resposta de Jesus à pergunta do jovem rico: “Mestre, que farei eu de bom, para alcançar a vida eterna?” A resposta de Jesus foi: “Se queres . . . entrar na vida,

guarda os mandamentos” (Mt 19:16-17). *Obediência* era tudo para eles. *Obedeça e viva* era o lema que lhes pautava a fé. Em outras palavras, a teologia adventista antes de 1888 consistia numa estranha amalgamação entre justificação pela fé e justificação pelas obras. A fé era importante, mas apenas para a conversão. Daí para a frente tudo era uma questão de obras. Eles chegavam mesmo a dizer que, para o cristão, a justificação era inteiramente pelas obras. Esse era exatamente o título do artigo de Ballenger a que me referi a pouco: “Justificação Pelas Obras”.

Foi exatamente contra tal conceito, que dois jovens teólogos adventistas, Ellet J. Waggoner e Alonzo T. Jones, apoiados por Ellen G. White, se levantaram na sessão de Minneapolis. Eles enfatizavam que a justiça humana não passava de trapos de imundícia, como diz o profeta Isaías (64:6), tanto antes quanto depois da conversão. Tudo era pela fé em Cristo, diziam eles. Obras de justiça humana não contam, nem antes nem depois de havermos sido justificados.

I

É de fato uma pena que, no entusiasmo por defender a lei de Deus, nossos pioneiros tenham incorrido no erro crasso de misturar obras à fé como base para alcançarmos justiça diante de Deus. O pior, porém, é constatar que apesar do que Waggoner, Jones, a Sra. White e muitos outros desde então têm dito e pregado, muitos de nós continuamos confusos quanto à forma como somos salvos por Deus.

A pesquisa realizada na igreja do Unasp-EC, em 30 de maio de 2008, foi um claro e triste exemplo disso. Infelizmente, nem todos devolveram seus questionários, mas os quase quinhentos que me chegaram às mãos certamente ofereceram uma amostragem segura daquilo que nossos membros pensam sobre a doutrina da salvação. Todas as dez afirmações do questionário estavam erradas (veja reprodução na página 163). Admito que às vezes pode ser um pouco confuso avaliar uma frase isolada, mas a verdade é que nenhuma delas estava correta.

No geral, o índice de erro foi da ordem dos 47,5%, um percentual muitíssimo elevado, ainda mais se levarmos em conta o nível de compreensão doutrinária desta igreja, que sem dúvida é um dos melhores, se não o melhor, do Brasil, ou pelo menos deveria ser. É aqui que está o seminário de Teologia. Alunos de todos os cursos têm aulas de Bíblia e religião todas as semanas. Quase todas as classes da Escola Sabatina são dirigidas por pastores ou obreiros com formação denominacional. Não obstante, quase metade de nossos membros estão confusos quanto à forma como somos salvos por Deus. Confesso que não esperava um índice tão alto assim! E se pegarmos algumas questões específicas, o percentual de erro chega mesmo a ser alarmante. [O questionário com o percentual de erro de cada pergunta se encontra ao final deste sermão.]

Infelizmente, o resultado da pesquisa revela que pouco mudou desde Minneapolis. Cento e vinte anos

depois, e continuamos às voltas com o fantasma do legalismo que tanto assombrou e desfigurou nossa fé na segunda metade do século dezenove. Logo após as reuniões de Minneapolis, houve um considerável aumento tanto na pregação quanto na compreensão da doutrina da justificação pela fé em nosso meio, especialmente depois de a Sra. White haver declarado que essa doutrina é de fato a mensagem do terceiro anjo de Apocalipse 14 (*Review and Herald*, 1º de abril de 1890).

Além disso, nos anos próximos a 1888, a Sra. White também passou a enfatizar que somos os legítimos continuadores da obra da Reforma do século dezesseis (*O Grande Conflito*, p. 78, 148, 253; *Historical Sketches*, p. 249). E todos sabemos que o coração da Reforma Protestante foi a centralidade da fé no processo de salvação. Mas, 120 anos depois e o evangelho de muitos de nós ainda se parece mais com o de Tomás de Aquino, teólogo católico medieval do que com o de Lutero e Calvino. Em vez de aprender a lição de 1888 e avançar para a conclusão da obra, muitos de nós continuamos presos à Idade Média, crendo num evangelho muito mais católico que protestante.

II

Isso, porém, não é nenhuma novidade, como também não o foi na segunda metade do século 19. Dois mil anos atrás, Paulo já enfrentara esse mesmo problema em várias das igrejas por ele fundadas. Algumas dessas igrejas estavam localizadas na província da Galácia, para onde ele enviou

uma de suas cartas mais importantes. Em Gl 3:1-3, lemos o seguinte:

Ó gálatas insensatos! Quem vos fascinou a vós outros, ante cujos olhos foi Jesus Cristo exposto como crucificado?² Quero apenas saber isto de vós: recebestes o Espírito pelas obras da lei ou pela pregação da fé?³ Sois assim insensatos que, tendo começado no Espírito, estejais, agora, vos aperfeiçoando na carne?

O problema entre os crentes gálatas era semelhante ao que existiu e ainda existe em nosso meio. Eles criam na mensagem da justificação pela fé, mas também achavam que era mediante a obediência à lei que eles alcançavam a perfeição espiritual. “Sois assim insensatos”, pergunta Paulo no versículo 3, “que, tendo começado no Espírito, estejais, agora, vos aperfeiçoando na carne?”

No versículo 1, o apóstolo já perguntara: “Quem vos fascinou?” A palavra grega aqui traduzida por “fascinar” é *baskainō*, que significa na verdade “enfeitiçar”. “Quem vos enfeitiçou a vós outros”, pergunta Paulo, “ante cujos olhos foi Jesus Cristo exposto como crucificado?” Eles haviam começado certo. Eles haviam ouvido o evangelho do Cristo crucificado e haviam crido nele para o perdão dos pecados, mas agora, em sua jornada cristã, estavam se desviando para o asqueroso caminho do legalismo e da justiça própria.

Nem todos, mas a maioria dos erros do questionário diz respeito ao que chamamos de santificação. É certamente ali que reside nosso maior problema. E a ideia de que santificação é uma obra humana, de que a

obediência é a solução para os pecados cometidos após a conversão e é o que nos dá o direito de entrarmos no céu (o “visto” para o Céu)... essa ideia parece análoga à que estava se infiltrando entre os crentes da Galácia. É por isso que a epístola aos Gálatas é relevante para nós hoje.

E Paulo não escolhe meias palavras ao atacar o problema. Na verdade, a linguagem que ele usa em Gálatas é talvez a mais forte dentre todas suas epístolas. Sem rodeios ou constrangimentos, ele vai direto ao assunto:

Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo para outro evangelho, ⁷ o qual não é outro, senão que há alguns que vos perturbam e querem perverter o evangelho de Cristo. ⁸ Mas, ainda que nós ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema. ⁹ Assim, como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema (Gl 1:6-9).

Logo após uma breve introdução doxológica, Paulo “entra de sola”, por assim dizer, denunciando o falso evangelho que agora estava “enfeitiçando” os gálatas. Geralmente em suas epístolas, o apóstolo começa com algumas palavras de apreço e consideração para com os fiéis da igreja a que está se dirigindo. É comum ele encontrar algum motivo para elogiá-los. Então lentamente ele introduz o verdadeiro propósito da epístola. Mas, isso não acontece em Gálatas. Aqui não há nenhuma palavra de afeto ou admiração, nenhum elogio, nenhum motivo para dar graças a Deus.

“Admira-me”, diz ele. A palavra grega (*thaumazō*) também é muito forte. O que Paulo quis dizer é que ele estava “abismado ou assombrado” pela rapidez com que os gálatas estavam deixando a graça de Cristo e passando para “outro evangelho.” “O qual não é outro”, diz ele no versículo 7, “senão que há alguns que vos perturbam e querem perverter o evangelho de Cristo”.

Interessante a linguagem usada por Paulo! No versículo 6 ele diz que os gálatas estavam passando para “outro evangelho”, enquanto que no versículo 7 ele diz que aquele evangelho não era “outro”. Afinal de contas era ou não era “outro evangelho”? Mais uma vez o grego nos ajuda a entender a retórica do apóstolo. Em grego há duas palavras para “outro”: *allos*, que significa “outro igual ou da mesma natureza”, e *heteros*, que significa “outro diferente”. Daqui veio a palavra “heterogêneo” em português.

Allos: “outro igual”

Heteros: “outro diferente”

Que palavra vocês acham que Paulo usa no final do versículo 6? (“Admira-me que estejais passando tão depressa daquele que vos chamou na graça de Cristo para *outro* evangelho.”) Aqui a palavra é *heteros*. Os gálatas estavam passando para um evangelho totalmente diferente daquele que Paulo havia pregado. E no versículo 7, qual é a palavra? (“O qual não é *outro*.”) Aqui a palavra é *allos*. Ou seja, o evangelho para o qual os

crentes gálatas estavam passando não era um evangelho parecido, semelhante ao que Paulo havia pregado, mas era um evangelho totalmente diferente, que nada tinha a ver com o evangelho de Cristo. “O qual não é outro”, diz ele, “senão que há alguns que vos perturbam e querem perverter o evangelho de Cristo”.

Em outras palavras, a tentativa de adicionar obras à fé como base para o aperfeiçoamento ou a santificação do crente não consiste apenas numa leve modificação do verdadeiro evangelho, numa modificação inocente, e muito menos num aperfeiçoamento desse evangelho, mas em algo que o transforma num evangelho totalmente diferente. Na verdade, o esforço de acrescentar obras à fé consiste numa perversão do evangelho de Cristo. É algo que muda a própria essência, a própria natureza do evangelho.

É por isso que Paulo “entra de sola” nesta epístola. O que estava em jogo era o verdadeiro evangelho de Cristo; era a pureza do evangelho de Cristo. Esse evangelho estava sendo pervertido e Paulo não podia calar-se.

Mas, ainda que nós ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema. ⁹ Assim, como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema (Gl 1:8-9).

III

Mas o apóstolo não para por aqui. Toda a epístola consiste numa severa repreensão aos gálatas por estarem

eles trocando a fé pela obediência, Cristo pela lei, como a base e o centro de sua religião. Há muitos textos que poderiam ser lidos, mas eu gostaria de destacar apenas três mais. O primeiro é Gálatas 2:21:

Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que morreu Cristo em vão.

Ao contrário do que muitos pensam, se o assunto é justiça, não há qualquer parceria entre a graça e a lei. Não é parte pela graça e parte pela lei. Não é graça para o perdão dos pecados passados e lei para o perdão dos pecados presentes. Bem contrário, é tudo pela graça. Do começo ao fim, é a graça de Cristo recebida pela fé que deve operar. Tentar alcançar justiça mediante a obediência à lei é, na verdade, invalidar o sacrifício de Cristo ou torná-lo sem qualquer efeito. “Se a justiça é mediante a lei”, diz Paulo, “segue-se que morreu Cristo em vão”.

O próximo texto é Gálatas 5:4:

De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei; da graça decaístes.

Esta passagem amplia a anterior. Não há, de fato, nenhuma parceria entre graça e lei no tocante à obtenção de justiça. Tentar justificar-se ou santificar-se pela lei, por melhores que sejam as intenções, não significa outra coisa senão desligar-se de Cristo. Significa rejeitar a Cristo, abandonar sua graça, e optar por uma religião centrada no próprio homem, em sua pretensa

obediência e em seus míseros atos de justiça própria. Guardar a lei por razões salvíficas, seja para a justificação seja para a santificação, significa de fato perder a salvação, privar-se dos benefícios do sangue de Cristo.

O último texto é Gálatas 3:21:

É, porventura, a lei contrária às promessas de Deus? De modo nenhum! Porque, se fosse promulgada uma lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade, seria procedente de lei.

Aqui está a razão pela qual ninguém pode tornar-se justo ou santo pela lei: a lei não tem a capacidade de conferir ou outorgar justiça. Se assim o fosse, diz Paulo, Cristo não precisaria ter morrido. Se a lei pudesse fazer alguma coisa pelo homem, tudo teria sido muito mais fácil para Deus. Ele certamente a teria utilizado, em vez de enviar seu único Filho para que passasse pela humilhação, pela dor e o sofrimento por que passou. Se não o fez, é porque não havia nada que a lei pudesse fazer.

Aqui talvez devamos fazer uma pausa. Se a lei não pode fazer nada por nós, não é porque haja alguma coisa de errado com ela. Se ninguém pode alcançar justiça pela lei, não é por causa de qualquer falha da parte dela em fazer aquilo que lhe era destinado fazer. A lei não pode declarar nem tornar justo o pecador simplesmente porque ela não tem essa atribuição; não tem, nunca teve, nem nunca terá. Nunca foi a intenção de Deus que ela fosse usada para esse propósito.

Alguém chega a uma loja de automóveis e pergunta pelo carro mais

sofisticado que ali existe. O vendedor lhe mostra, então, um daqueles carros importados: último modelo, 450 cavalos de potência, o máximo em tecnologia, luxo e conforto. Então o comprador pergunta: “Mas, ele voa?” “O quê?”, pergunta o vendedor. “Este carro pode voar?” insiste o comprador. “Você deve estar brincando! É claro que não!” responde o vendedor estarecido diante da pergunta. “Então ele não é tão bom assim, e por isso não vou comprá-lo.”

Você até pode achar ridícula essa ilustração, mas é exatamente isso que muitos de nós tentamos fazer com a lei. A lei não salva, assim como automóveis não voam. E não há nada de errado com um automóvel pelo simples fato de ele não poder voar. Ele apenas não foi feito para voar, como também bicicletas não foram feitas para subir em árvores. O mesmo acontece com a lei: ela não foi feita para salvar, para declarar-nos justos (justificação) e muito menos para tornar-nos justos (santificação).

O mesmo Paulo que diz que a lei não justifica também declara que ela é santa, justa e boa (Rm 7:12). A lei é santa, mas não pode conferir santidade; é justa, mas não pode conferir justiça; é boa, mas não pode conferir bondade. E repito: não há nada de errado com a lei. Nós é que erramos ao tentar usá-la de modo ilegítimo. Paulo declara:

Sabemos, porém, que a lei é boa, se alguém dela se utiliza de modo legítimo (1Tm 1:8).

A lei foi feita para ser obedecida, apenas isso, e não para ser usada como

meio de salvação. E isso acontece com qualquer lei. A lei de trânsito, por exemplo, existe para ser obedecida, e não para salvar os infratores, mas nem por isso ela é necessariamente defeituosa ou desnecessária.

Dizer que a lei não salva, portanto, não significa que ela não seja importante ou que obediência a ela não seja necessária. Ela continua sendo lei, e, como tal, deve ser obedecida. “Teme a Deus e guarda os Seus mandamentos”, diz Salomão, “porque isto é o dever de todo homem” (Ec 12:13).

Este é um ponto de extrema importância e é exatamente por isso que muitos se sentem incomodados com ele e acabam errando. Todos sabemos que a lei de Deus é perfeita, pois consiste numa expressão do próprio caráter e da vontade de Deus. Um médico pode dizer ao seu paciente para não fumar quando ele mesmo fuma, ou para não beber quando ele mesmo bebe. Mas, Deus não pode dizer para sermos santos, honestos e puros sem que Ele também o seja. Do contrário ele seria uma grande farsa.

A lei é perfeita, portanto, porque Deus é perfeito. A lei é santa, justa e boa porque Deus é santo, justo e bom. Isso também significa que a lei é eterna porque Deus é eterno. Ela sempre foi e continua sendo a expressão máxima de seus atributos morais e daquilo que espera de cada um de seus filhos. Longe de ter sido abolida na cruz, como muitos dizem, a cruz é a prova maior de que a lei de Deus não pode ser mudada e muito menos abolida. Cristo morreu, entre outras coisas, para preservar a integridade da lei e do governo de Deus.

E é essa mesma lei que Deus deseja gravar pelo Espírito Santo, não mais em tábuas de pedra, mas nas tábuas do coração (Jr 31:33-34). A Sra. White explica: “Em vez de cuidarmos em estabelecer nossa própria justiça, aceitamos a justiça de Cristo. Seu sangue expia os nossos pecados. Sua obediência é aceita em nosso favor. Então o coração renovado pelo Espírito Santo produzirá os “frutos do Espírito”. Mediante a graça de Cristo viveremos em obediência à lei de Deus, escrita em nosso coração. Tendo o Espírito de Cristo, andaremos como ele andou” (*Patriarcas e Profetas*, p. 372).

CONCLUSÃO

A mensagem da justificação pela fé enfrentou muita oposição em Minneapolis. Muitos achavam que ela ameaçava nossa doutrina da lei e do sábado. A fé, porém, de modo algum anula a necessidade de observarmos os mandamentos de Deus. Mas, enquanto que é pela fé que somos salvos, enquanto que é pela fé que somos justificados, santificados e habilitados para a eternidade, a guarda dos mandamentos, quando sincera, é o que nos distingue como verdadeiros filhos de Deus, pois as obras são a expressão de nossa fé. Disse Jesus:

Se Me amais, guardareis os Meus mandamentos (Jo 14:15).

Não guardamos a lei, portanto, para ser salvos, mas porque fomos salvos. Não guardamos a lei para ser justos, mas porque fomos justificados. Não guardamos a lei para ser santos,

mas porque fomos e continuamos sendo santificados pela atuação do Espírito de Deus em nosso coração. Não guardamos a lei por um espírito de barganha, para obtermos algo em troca de Deus, mas porque fomos alcançados por sua graça, por uma graça tão preciosa quanto indigna, que não pode senão produzir em nós uma atitude da mais profunda gratidão, do mais profundo amor, e de uma entrega sem reservas a Deus. Uma graça tão preciosa quanto indigna que não pode senão produzir em nós frutos de obediência e lealdade a Deus.

Não quero com isso dizer que a obediência será automática. Nesta vida, enquanto continuarmos com nossa natureza pecaminosa, ela nunca será automática. E é aqui que entra o esforço humano. Continuamente, ao fazermos nossas escolhas e decidir nossas ações, temos que nos esforçar para tomar as decisões certas, para fazer as coisas certas, e assim permitirmos com que o Espírito continue Sua obra em nós.

Temos que nos esforçar para manter nossa comunhão com Deus. Temos que nos esforçar para não nos colocarmos ao alcance da tentação. Temos que nos esforçar para resistir à tentação. O que significa dizer que temos que nos esforçar para obedecer aos mandamentos de Deus. Ele nos dá poder para isso. É ele quem opera em nós tanto o querer quanto o efetuar (Fp 2:13), mas nós é que decidimos o que queremos para nossa vida. Deus não interfere em nosso livre-arbítrio.

E todos nós sabemos o papel que nossa obediência e lealdade a Deus

vão desempenhar nos momentos finais da história deste mundo. Deus nos chamou para sermos Suas testemunhas num mundo mergulhado em trevas e em ferrenha oposição a Ele. E três serão nossas características: “Aqui está [1] a perseverança dos santos, [2] os que guardam os mandamentos de Deus [3] e a fé em Jesus” (Ap 14:12).

Quando ninguém mais o esperar, nós o esperaremos. Quando ninguém mais obedecer às suas leis, nós às obedeceremos. Quando ninguém mais tiver nele uma genuína fé para a salvação, nós a teremos, porque o amamos mais que tudo e é com ele que queremos passar a eternidade.

Por diversas vezes, inclusive nos anos que cercaram 1888, a Sra. White declarou que Cristo já poderia ter voltado. Se tão-somente a igreja tivesse confiado mais em Cristo, mantido uma viva ligação com Ele, pregado ao mundo a mensagem de misericórdia, e abandonado o espírito de intriga e murmuração, Cristo já poderia ter voltado e nós já poderíamos estar com ele no Céu (*Evangelismo*, p. 694-696).

Irmãos, mais do que nunca a mensagem de Minneapolis é relevante para nós, e ela nos conclama a uma tomada de decisão. Cento e vinte anos depois e aqui estamos nós diante da mesma encruzilhada: confiaremos nós irrestritamente na solução divina para o nosso pecado ou continuaremos achando que temos mesmo que apresentar a Deus obras de justiça humana?

Em 1888 e nos anos que se seguiram, muitos de nossos irmãos rejeitaram a mensagem da justiça pela fé, apesar dos constantes apelos da

Sra. White para que a aceitassem e a experimentassem. Irmãos, é hora de olharmos para o Cristo crucificado e sua justiça e pararmos de olhar para nós mesmos. Nossa justiça própria não passa de trapos imundos, e nada, absolutamente nada poderá acrescentar àquilo que Deus fez por nós. Na verdade, se buscarmos nossa própria justiça, guardando a lei, estaremos, como diz Paulo em Gálatas, tornando nula a justiça de Cristo, estaremos nos desligando de Cristo, estaremos abandonando a graça. E isso significa perder toda e qualquer esperança de salvação.

A lei deve, sim, ser guardada com toda a nossa força e de todo o nosso coração, mas nossa salvação está em Cristo, não na lei. Guardemos a lei, portanto, porque este é o nosso dever para com Deus, mas confiemos unicamente em Cristo. Olhemos com fé para ele. Apeguemo-nos firmemente aos seus braços de amor. Não o deixemos por nada neste mundo, e então desfrutemos do descanso, da certeza e da segurança que só ele pode dar, pois foi ele mesmo quem prometeu: “O que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora” (Jo 6:37).

Diz a Sra. White: “Marque os umbrais da porta com o sangue do Cordeiro do Calvário, e você estará seguro” (Review and Herald, 3 de

setembro de 1889). E mais: “Cristo, somente Cristo e Sua justiça, poderão conseguir para nós o passaporte para o céu” (Carta 6b, 1890).

O público-alvo primário dessa Semana do SALT alusiva a 1888 foram os alunos do curso de Teologia. Queríamos que eles tivessem uma visão mais nítida deste importante capítulo de nossa história denominacional e, acima de tudo, uma visão mais nítida do próprio Salvador, para benefício deles mesmos, em particular, e também daqueles a quem eles vão ministrar. Gostaria, portanto, de concluir este sermão com uma citação de Ellen G. White dirigida especificamente aos obreiros adventistas:

“Exaltai a Jesus, vós que ensinai o povo, exaltai-o nos sermões, em cânticos, em oração. Que todas as vossas forças convirjam para dirigir ao ‘Cordeiro de Deus’ almas confusas, transviadas, perdidas. Erguei-o, ao ressuscitado Salvador, e dizei a todos quantos ouvem: Vinde Àquele que ‘vos amou, e Se entregou a si mesmo por nós’ (Ef 5:2). Seja a ciência da salvação o tema central de todo sermão, de todo hino. Seja ela manifestada em toda súplica. Não introduzais em vossas pregações coisa alguma que seja um suplemento a Cristo, à sabedoria e ao poder de Deus. Mantende perante o povo a palavra da vida, apresentando Jesus como a esperança do arrependido e a fortaleza de todo crente. Revelai o caminho da paz à alma turbada e acabrunhada, e manifestai a graça e suficiência do Salvador” (*Obreiros Evangélicos*, p. 160).

JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ: PESQUISA

Indique se as afirmações abaixo estão certas ou erradas.

	Certo	Errado
1. Somos salvos por uma combinação de fé e obras: fé no sacrifício de Cristo e obras de obediência aos mandamentos de Deus. • Índice de erro: 59,7%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Somos salvos unicamente pela fé, mas obediência aos mandamentos melhora nossa imagem diante de Deus. • Índice de erro: 20,7%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A salvação é pela fé, mas para garanti-la temos que viver de modo digno diante de Deus. • Índice de erro: 54,6%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Ninguém pode ter a certeza da salvação enquanto seu caráter apresentar falhas e debilidades. • Índice de erro: 28,9%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Somente Jesus pode resolver o problema de nossos pecados passados, mas a solução para os pecados presentes é uma vida de obediência e santidade diante de Deus. • Índice de erro: 55,6%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Justificação é o que Deus faz por nós ao nos perdoar; santificação é o que nós fazemos por Ele ao obedermos Seus mandamentos. • Índice de erro: 65,3%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Deus exige de nós perfeição, o que só é possível mediante a completa obediência à lei. • Índice de erro: 32%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. A justiça de Cristo aceita pela fé é nosso <i>passaporte</i> para o céu, mas o <i>visto</i> de entrada é nossa perfeita conformidade aos mandamentos de Deus. • Índice de erro: 61%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. No dia do juízo, nossa absolvição ou condenação dependerá daquilo que fizemos ou deixamos de fazer. • Índice de erro: 57,4%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Só serão glorificados aqueles que nesta vida alcançarem vitória sobre todos os pecados e tendências pecaminosas. • Índice de erro: 43,8%.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>